



Vivemos numa época de profundas transformações económicas, culturais e tecnológicas. A automatização do trabalho, a inteligência artificial, a precariedade laboral, o aumento do custo de vida e a insegurança económica levaram muitas pessoas a perguntar-se se o modelo económico atual pode continuar a sustentar-se tal como o conhecemos. No meio deste debate, ressurgiu uma proposta que gera entusiasmo em alguns e preocupação em outros: a Renda Básica Universal (RBU).

Para alguns, a RBU representa um ato de justiça social e uma ferramenta para proteger a dignidade humana diante de um sistema económico cada vez mais desumanizado. Para outros, representa um risco moral e cultural: o perigo de incentivar a dependência, enfraquecer o sentido do trabalho e corroer a responsabilidade pessoal e familiar.

Mas o que pode dizer um católico sobre este tema? Como deve esta questão ser analisada à luz da Doutrina Social da Igreja? Uma renda básica universal é compatível com os princípios cristãos? Ela realmente ajuda a dignidade humana ou acaba por enfraquecer a participação social, o esforço e o valor do trabalho?

A questão não pode ser respondida com slogans políticos nem com simplificações ideológicas. Ela exige uma reflexão séria, teológica, moral e pastoral. A Igreja não oferece receitas económicas fechadas, mas fornece princípios permanentes para discernir qualquer sistema político ou económico: a dignidade da pessoa humana, o bem comum, a solidariedade, o destino universal dos bens e, especialmente, o princípio da subsidiariedade.

O que é a Renda Básica Universal?

A Renda Básica Universal consiste, em termos gerais, numa quantia de dinheiro entregue periodicamente pelo Estado a todos os cidadãos, independentemente da sua situação laboral, património ou rendimentos.

Os seus defensores argumentam que ela:

- garante um mínimo vital;
- reduz a pobreza;
- protege contra crises económicas;
- permite maior liberdade pessoal;
- ajuda em contextos de automatização e desemprego tecnológico;



- reduz a exclusão social.

Os seus críticos argumentam que ela:

- desincentiva o trabalho;
- aumenta a dependência do Estado;
- enfraquece a responsabilidade individual;
- pode destruir a cultura do esforço;
- favorece o paternalismo político;
- gera enormes custos económicos.

Do ponto de vista católico, o problema não pode ser simplesmente reduzido a estar “a favor” ou “contra”. A verdadeira questão é muito mais profunda:

Que visão do homem existe por trás desta proposta?

Porque toda estrutura económica nasce sempre de uma determinada antropologia. E a Doutrina Social da Igreja insiste constantemente que os erros sociais nascem, no fundo, de erros sobre a natureza humana.

A dignidade humana como ponto de partida

A Igreja ensina que cada pessoa possui uma dignidade inviolável por ter sido criada à imagem e semelhança de Deus.

“Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou.”
(Génese 1,27)

Isto significa que o valor do ser humano não depende da sua produtividade económica. Uma pessoa não vale mais porque produz mais dinheiro. O idoso, o deficiente, o doente, o desempregado ou o pobre possuem exatamente a mesma dignidade que qualquer empresário ou profissional bem-sucedido.



Aqui encontramos um primeiro elemento importante: a Doutrina Social da Igreja rejeita firmemente qualquer sistema que abandone as pessoas à miséria absoluta.

A indiferença perante o sofrimento social nunca foi compatível com o Evangelho.

O próprio Cristo identificou-se com os pobres:

“Porque tive fome e destes-me de comer; tive sede e destes-me de beber.”

(Mateus 25,35)

Por isso, qualquer sociedade verdadeiramente cristã deve preocupar-se em garantir condições mínimas para uma vida digna.

A questão, porém, é como fazê-lo corretamente.

O trabalho: muito mais do que ganhar dinheiro

Um dos erros mais comuns no debate moderno é pensar que o trabalho serve apenas para produzir riqueza ou receber um salário. Na visão cristã, o trabalho possui uma dimensão profundamente espiritual.

João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, ensinou que o trabalho participa da obra criadora de Deus.

O homem não foi criado para a passividade absoluta, mas para transformar o mundo com inteligência, criatividade e responsabilidade.

“Quem não quiser trabalhar, também não coma.”

(2 Tessalonicenses 3,10)



Este versículo costuma ser citado de forma dura ou simplista, mas contém um ensinamento importante: o trabalho faz parte da vocação humana ordinária.

O problema surge quando uma sociedade deixa de valorizar o esforço, a responsabilidade e a contribuição para o bem comum.

Aqui surge uma preocupação legítima relativamente a certas formulações da Renda Básica Universal: se ela for apresentada como um direito completamente desligado de qualquer responsabilidade social, poderá fomentar uma cultura de passividade.

A Igreja sempre distinguiu entre:

- ajudar quem está necessitado;
- e promover uma dependência permanente.

A verdadeira caridade não humilha nem infantiliza. Ela procura elevar a pessoa para que possa desenvolver-se plenamente.

O princípio da subsidiariedade: chave para compreender o problema

Um dos pilares mais importantes da Doutrina Social da Igreja é o princípio da subsidiariedade.

O que significa?

Que as estruturas superiores não devem absorver aquilo que as comunidades menores ou as pessoas podem realizar por si mesmas.

Em outras palavras:

- a família não deve ser substituída desnecessariamente pelo Estado;
- a sociedade civil não deve ser anulada;
- a iniciativa pessoal deve ser protegida;
- as associações intermédias devem ser fortalecidas;



- o poder central não deve transformar-se numa máquina que controla toda a vida social.

Este princípio foi desenvolvido especialmente por Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*.

A subsidiariedade procura evitar dois extremos:

1. O individualismo selvagem

Que abandona os pobres sob a lógica do “salve-se quem puder”.

2. O paternalismo coletivista

Que transforma o Estado em substituto da família, da comunidade e da responsabilidade pessoal.

E é aqui que entramos no grande debate sobre a Renda Básica Universal.

A Renda Básica Universal pode enfraquecer a subsidiariedade?

Sim, isso pode acontecer.

Quando toda a segurança económica depende exclusivamente do Estado, existe o risco de que:

- a família perca força;
- diminua a responsabilidade comunitária;
- enfraqueçam as redes locais de solidariedade;
- aumente a dependência psicológica e económica;
- o cidadão se torne completamente dependente do poder político.

A história mostra que sistemas excessivamente centralizados tendem a gerar burocracias impessoais e formas de controlo social.

A Igreja sempre desconfiou de modelos nos quais o Estado absorve todas as funções sociais.



João Paulo II advertiu sobre isso em *Centesimus Annus*, criticando o “Estado assistencial” quando este acaba por anular a iniciativa humana.

Não porque ajudar seja mau, mas porque uma ajuda mal concebida pode destruir lentamente as virtudes humanas.

A cultura do esforço e a crise espiritual do Ocidente

Vivemos numa cultura profundamente marcada pelo consumismo imediato e pela busca constante de conforto.

Muitas vezes, a felicidade é apresentada como ausência total de sacrifício.

Mas o cristianismo ensina exatamente o contrário:

- a maturidade exige disciplina;
- a santidade exige esforço;
- o amor autêntico implica entrega;
- a vida humana possui uma dimensão de sacrifício redentor.

O próprio Cristo disse:

“Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz cada dia e siga-me.”

(Lucas 9,23)

Uma sociedade que elimina completamente a ideia de esforço acaba por enfraquecer o caráter moral das pessoas.

Por isso, alguns críticos católicos da RBU temem que ela possa consolidar uma mentalidade na qual o indivíduo espera receber sem contribuir.



E esta preocupação não é apenas económica. É espiritual.

Porque o problema não é apenas “quem paga”, mas que tipo de ser humano está a ser formado.

Mas também existe um perigo oposto: idolatrar o trabalho

No entanto, seria um grave erro cair no extremo oposto.

A Igreja também rejeita um capitalismo desumanizado no qual a pessoa vale apenas pela sua produtividade.

Hoje existem pessoas que trabalham jornadas exaustivas e ainda assim não conseguem viver dignamente.

Existem idosos abandonados, famílias incapazes de pagar habitação, jovens sem oportunidades e trabalhadores explorados.

A automatização e a inteligência artificial poderão transformar radicalmente o mercado de trabalho nas próximas décadas.

Perante esta realidade, alguns católicos sustentam que garantir um mínimo vital poderia ser compatível com a dignidade humana e com o destino universal dos bens.

Porque os bens da criação foram dados por Deus a todos.

A propriedade privada é legítima, mas não absoluta.



O destino universal dos bens

A Doutrina Social da Igreja ensina que Deus criou a terra para benefício de toda a humanidade.

Isto não significa abolir a propriedade privada, mas recordar que toda riqueza possui uma dimensão social.

O Catecismo afirma:

“O direito à propriedade privada... não anula a destinação originária da terra ao conjunto da humanidade.”

Portanto, quando uma sociedade produz abundância enquanto milhões vivem na miséria, surge um problema moral.

A pergunta legítima torna-se:

Como garantir condições dignas sem destruir a liberdade e a responsabilidade?

É aqui que a reflexão católica exige prudência.

A prudência cristã diante das ideologias

A Igreja não ensina que exista um único sistema económico obrigatório para todos os tempos.

Não existe um “modelo económico católico” fechado.

Por isso, dois católicos fiéis podem debater legitimamente a Renda Básica Universal, desde que respeitem os princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja.



O discernimento deve evitar tanto:

- o socialismo coletivista;
- como o liberalismo individualista radical.

A Igreja não absolutiza nem o mercado nem o Estado.

A pessoa humana permanece sempre no centro.

Quando uma ajuda económica universal poderia ser moralmente aceitável?

De uma perspetiva teológica e pastoral, podem existir contextos nos quais certas ajudas amplas sejam legítimas:

- crises económicas severas;
- desemprego tecnológico massivo;
- colapso de setores laborais;
- pobreza estrutural extrema;
- impossibilidade real de acesso a trabalho digno.

Mas mesmo nesses casos, a ajuda deveria:

- promover a reintegração social;
- fortalecer a dignidade;
- evitar dependência permanente;
- proteger a família;
- favorecer a participação comunitária;
- incentivar a responsabilidade pessoal.

O objetivo nunca deveria ser criar cidadãos passivos, mas pessoas capazes de desenvolver-se plenamente.



O verdadeiro problema moderno: a perda do sentido do homem

Muitas vezes, o debate sobre a RBU é apresentado apenas em termos económicos.

Mas a raiz do problema é espiritual e antropológica.

O Ocidente atravessa uma profunda crise do sentido do trabalho, da família, do sacrifício e da comunidade.

O isolamento, a solidão, a queda da natalidade e a perda dos vínculos humanos mostram que o problema não será resolvido simplesmente distribuindo dinheiro.

O homem precisa de muito mais:

- sentido;
- pertença;
- missão;
- comunidade;
- esperança;
- transcendência.

A pobreza material é grave, mas a pobreza espiritual pode ser ainda pior.

Uma reflexão pastoral para o nosso tempo

Como cristãos, devemos evitar a crueldade disfarçada de meritocracia e também o paternalismo disfarçado de compaixão.

Nem toda ajuda dignifica.

Mas também nem toda exigência fortalece.

A verdadeira caridade cristã procura o bem integral da pessoa.



Às vezes isso significará apoiar economicamente aqueles que não conseguem avançar sozinhos. Outras vezes significará acompanhar, formar e ajudar as pessoas a recuperar responsabilidade e esperança.

A Igreja chama constantemente à construção de uma sociedade onde:

- ninguém seja descartado;
- ninguém seja reduzido a um número;
- ninguém viva escravizado pela pobreza;
- mas também onde o homem não perca o sentido da sua vocação ativa e criadora.

Cristo e os pobres: para além da política

O Evangelho não pode ser reduzido a um programa económico.

Cristo não veio simplesmente redistribuir riqueza, mas salvar o homem inteiro.

No entanto, também não ignorou o sofrimento material.

A preocupação pelos pobres faz parte inseparável do cristianismo autêntico.

A questão decisiva é que toda política social deve respeitar simultaneamente:

- a dignidade humana;
- a liberdade;
- a responsabilidade;
- a solidariedade;
- a subsidiariedade;
- e o bem comum.

Quando um destes princípios é absolutizado destruindo os demais, surgem desequilíbrios.



Justiça social ou incentivo à preguiça?

A resposta católica mais honesta provavelmente é:

Depende de como ela é proposta e da visão do homem que a sustenta.

Uma ajuda económica pode:

- proteger a dignidade humana;
- evitar situações de miséria;
- proporcionar estabilidade familiar;
- permitir uma vida mais humana.

Mas também pode:

- enfraquecer a cultura do esforço;
- aumentar a dependência do Estado;
- corroer a responsabilidade pessoal;
- destruir a subsidiariedade;
- favorecer o isolamento social.

Por isso a Doutrina Social da Igreja insiste tanto na prudência, no discernimento e no equilíbrio.

Conclusão: a dignidade humana precisa de pão... mas também de propósito

A Renda Básica Universal toca em questões muito profundas sobre o que significa ser humano.

Somos apenas consumidores que necessitam de rendimento?



Ou somos pessoas chamadas a amar, criar, servir e participar ativamente na sociedade?

O cristianismo ensina que o homem precisa de alimento material, sim, mas também de missão, responsabilidade e transcendência.

Uma sociedade verdadeiramente justa não abandona os pobres, mas também não transforma o homem num ser passivo dependente de estruturas impessoais.

A subsidiariedade recorda-nos que as soluções humanas mais saudáveis muitas vezes nascem de baixo:

- a família;
- a paróquia;
- a comunidade;
- o trabalho digno;
- a solidariedade próxima;
- a responsabilidade partilhada.

A Igreja não oferece respostas simplistas. Oferece algo mais difícil e mais profundo: uma visão integral da pessoa humana.

E talvez essa seja precisamente a grande necessidade do nosso tempo.